

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016



ÍNDICE

	<i>Págs.</i>
I – INTRODUÇÃO	1
<i>Nota Prévia</i>	<i>1</i>
<i>Aspetos Relevantes</i>	<i>2</i>
II – ATIVIDADES	2
III – RELATÓRIO FINANCEIRO	5
ANÁLISE ORÇAMENTAL	5
1. <i>Principais destaques</i>	<i>5</i>
2. <i>Principais indicadores</i>	<i>5</i>
3. <i>Equilíbrio Orçamental</i>	<i>7</i>
4. <i>Análise da Despesa</i>	<i>10</i>
5. <i>Análise da Receita</i>	<i>18</i>
6. <i>Movimentos de Tesouraria</i>	<i>24</i>
IV – SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	26
7. <i>Análise do Balanço</i>	<i>26</i>
8. <i>Análise da Demonstração de Resultados</i>	<i>35</i>
9. <i>Dívida</i>	<i>41</i>
10. <i>Factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício</i>	<i>44</i>
11. <i>Proposta de aplicação de Resultados</i>	<i>45</i>

I – INTRODUÇÃO

Nota Prévia

O presente Relatório foi produzido em cumprimento do disposto no ponto 13, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), anexo ao Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, pretendendo ser esclarecedor no que concerne às origens das Receitas e Despesas, bem como à situação económica e financeira da Câmara Municipal de Setúbal (CMS) relativamente ao exercício de 2016.

Ao longo do presente documento far-se-á igualmente uma análise contabilística do Município de Setúbal centrada nas áreas patrimonial, orçamental e de resultados, reportando o nível de endividamento municipal.

A metodologia utilizada passou pela elaboração de rácios, quadros e gráficos a partir dos mapas da conta de gerência, através dos quais se pretende evidenciar o comportamento das variáveis mais relevantes da gestão municipal no quadro das suas atribuições e competências, não apenas no ano em apreço, como também a sua evolução face a anos anteriores, considerando sempre que possível um período de quatro anos.

Como anexos a este relatório encontram-se os Documentos de Prestação de Contas legalmente previstos, a submeter à apreciação do órgão deliberativo do Município.

Assim sendo e nos termos do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à aprovação do Executivo os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão relativos ao ano financeiro de 2016, de harmonia com o estipulado na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do mencionado Anexo.

Aspetos Relevantes

Apesar do Resultado Líquido do Exercício, referente ao ano 2016, ter diminuído, a CMS apresenta resultados positivos, demonstrando tal fato uma consolidação no equilíbrio financeiro a qual se vem verificando nos últimos anos.

Resumidamente importa destacar:

- O acréscimo da receita corrente em 3,3 milhões de euros (5,0%), face ao ano transato, onde todas as rubricas correntes demonstram um aumento relativo a 2015, sendo o maior aumento verificado nas outras receitas correntes, devido ao contrato de concessão da exploração de um posto de abastecimento de combustíveis;
- A receita de capital (sem reposições e saldo de gerência), foi inferior ao valor arrecadado em 2015, em 1,5 milhões de euros, tendo tal fato ficado a dever-se a uma contratação inferior de empréstimos de curto prazo, apesar das restantes rubricas de capital demonstrarem um ligeiro aumento;
- Um aumento de 13,5% do total da despesa paga relativamente a 2015;
- A redução da dívida de médio e longo prazo, em 4,4 milhões de euros (12,7%);
- Um prazo médio de pagamento a fornecedores de 206 dias;
- Uma redução dos pagamentos em atraso em 3,7 milhões de euros (34,8%) face a 2015;
- A manutenção de capacidade de endividamento face à lei em vigor;
- Na ótica patrimonial, destaca-se o resultado líquido do exercício de 4,6 milhões de euros.

II – ATIVIDADES

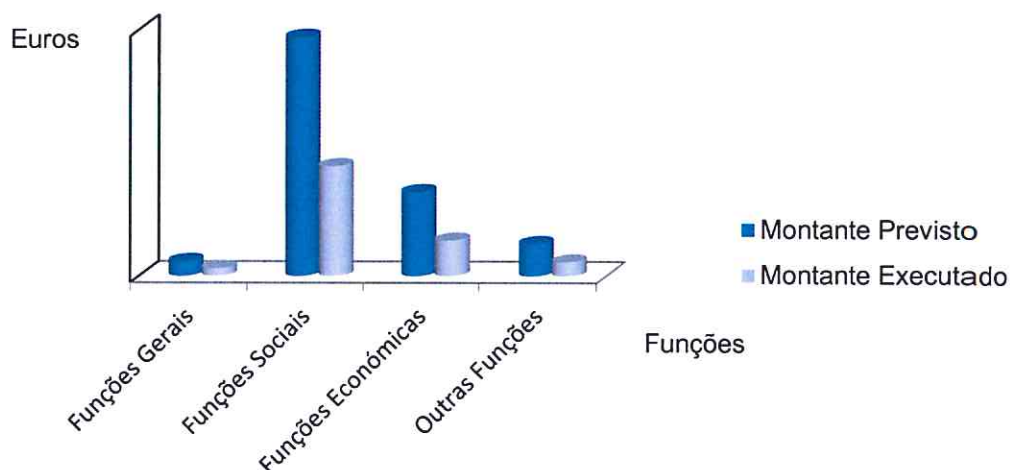
As prioridades da CMS suportaram-se nos princípios e prioridades do Orçamento aprovado para o ano em análise, cujos objetivos estratégicos seguiram em sintonia com o programa autárquico de 2013 e que refletiu ainda opções e compromissos legitimamente assumidos em anos transatos os quais não podiam deixar de ser honrados pelo Município.

As prioridades constantes do referido documento traduzem-se em 15 objetivos estratégicos transversais ao Município.



As Grandes Opções do Plano (GOP) incorporam esses objetivos que, por sua vez, se desdobram em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano das Atividades Municipais (PAM).

Gráfico 1. Grandes Opções do Plano – 2016



Em termos de peso comparativo, as Funções Sociais assumem uma importância superior às demais, com 65,5% do total executado (17,9 milhões de euros), seguido das Funções Económicas com 21,4% (5,8 milhões de euros), das Outras Funções com 8,5% (2,3 milhões de euros) e das Funções Gerais com 4,6% (1,2 milhões de euros).

Analisando as Grandes Opções do Plano de 2016, verificava-se uma dotação inicial de 50.384 milhares de euros, tendo a dotação final atingido o valor de 60.147 milhares de euros. Por seu lado, da dotação final foram cabimentadas despesas no montante de 52.730 milhares de euros, tendo sido assumidas despesas no montante de 48.757 milhares de euros e realizados pagamentos no valor de 27.273 milhares de euros, conforme mapa constante da Prestação de Contas.

Da análise do quadro abaixo, importa destacar as áreas de intervenção em serviços que atendem à satisfação das necessidades básicas da população, sobretudo os do âmbito da Proteção do Meio Ambiente (6,1 milhões de euros), dos Resíduos Sólidos (4,5 milhões de euros), da Cultura (4,5 milhões de euros), do Ensino não Superior (4,0 milhões de euros) e do Ordenamento do Território (3,0 milhões de euros).

Quadro 1. Despesas por Objetivos – 2016

OBJ	FUNÇÃO	PREVISÃO DE DESPESAS		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL			EXECUÇÃO FINANCEIRA ANUAL (%)
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL	CABIMENTO	COMPROMISSO	PAGAMENTO	
2.	FUNÇÕES SOCIAIS						
2.1.	EDUCAÇÃO						
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	5 104 900,00	4 707 100,00	4 231 629,57	3 986 044,65	2 452 496,96	52,10
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.	SAÚDE						
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	10 300,00	10 300,00	2 320,85	2 320,85	0,00	0,00
2.3.	SEGURANÇA E AÇÕES SOCIAIS						
2.3.1.	SEGURANÇA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2.	AÇÃO SOCIAL	308 300,00	284 300,00	201 635,57	201 632,49	156 444,15	55,03
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS						
2.4.1.	HABITAÇÃO	1 351 000,00	1 830 000,00	1 745 153,54	1 389 736,43	732 497,67	40,03
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	4 118 800,00	5 409 500,00	3 576 960,45	3 049 735,69	701 033,05	12,96
2.4.3.	SANEAMENTO	3 301 500,00	3 327 700,00	3 146 873,78	2 866 071,48	1 323 029,08	39,76
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	3 444 500,00	3 432 800,00	3 114 602,53	2 939 315,33	1 371 672,98	39,96
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	4 440 000,00	4 543 400,00	4 516 832,70	4 516 832,70	3 853 593,36	84,82
2.4.6.	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	5 242 800,00	6 595 800,00	6 331 722,37	6 090 102,62	3 726 130,85	56,49
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS						
2.5.1.	CULTURA	4 565 200,00	5 516 500,00	4 852 191,68	4 505 484,85	2 418 642,03	43,84
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	1 927 100,00	2 795 100,00	2 333 899,14	2 264 492,41	1 137 337,52	40,69
2.5.3.	OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	354 300,00	354 300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		34 168 700,00	38 806 800,00	34 053 822,18	31 811 769,50	17 872 877,65	46,06

A realização de uma prova de qualificação olímpica de natação em águas abertas e de uma etapa da Volta a Portugal em bicicleta foram eventos em destaque no programa de Setúbal Cidade Europeia do Desporto 2016, com centenas de eventos.

Num ano institucionalmente marcado pelo objetivo 2.5.2. Desporto, pretendeu-se com essas iniciativas atribuir um papel determinante à promoção e diversificação de atividades físicas e desportivas, à revitalização e dinamização dos seus equipamentos desportivos e à organização de novos e diferenciadores eventos cuja base assenta no movimento Associativo.

III – RELATÓRIO FINANCEIRO

ANÁLISE ORÇAMENTAL

1. Principais destaques

O Quadro 2 mostra a evolução da execução orçamental de 2016 face aos valores executados em anos anteriores, em especial com 2015.

Quadro 2. Evolução da Execução Orçamental – 2013/14/15/16

	Execução 2013	Execução 2014	Execução 2015	Execução 2016	Variação 2015/16	
					Valor	%
Receitas Cobradas	68 015	67 838	83 670	89 302	5 632	6,73
Despesas Pagas	62 182	65 613	77 652	88 118	10 466	13,48

Analisando agora os movimentos financeiros realizados na gerência de 2016 (Quadro 2), vemos que as entradas de fundos ascenderam a 89,3 milhões de euros, mais 5,6 milhões de euros do que em 2015 (cerca de 7%). Por seu lado, as Despesas pagas cresceram cerca de 13,5%.

2. Principais indicadores

Os rácios orçamentais registam em 2016, valores que demonstram que se continuou a manter um efetivo controlo do Orçamento.

No que concerne ao Equilíbrio Legal, todos os indicadores refletem o cumprimento legal (POCAL+RFALEI).

No que diz respeito ao investimento por município, assistiu-se a uma inflexão da evolução verificada no ano anterior, devido a uma ligeira diminuição do investimento por parte do Município fruto sobretudo do atraso verificado no início das Obras financiadas pelo Novo Quadro Comunitário (Portugal 2020).

Quadro 3. Indicadores – 2013/14/15/16

INDICADORES GLOBAIS	2013	2014	2015	2016
EQUILIBRIO LEGAL				
Receitas Correntes/Despesas Correntes	1,31	1,16	1,18	1,22
Receita Total/Despesa Total	1,09	1,03	1,08	1,01
Receita Corrente Bruta / (Despesa Corrente + Amortização média de Empréstimos MLP)	1,19	1,07	1,09	1,14
MEIOS HUMANOS				
Despesas de Pessoal/Municípios (Censos 2011)	0,21	0,21	0,21	0,21
Despesas Pessoal Quadro/Receitas Correntes (ano anterior)	0,24	0,22	0,21	0,20
MEIOS FINANCEIROS				
Impostos Diretos/Municípios (censos 2011)	0,25	0,31	0,32	0,33
Aquisição de Bens e Serviços/Municípios (censos 2011)	0,11	0,19	0,20	0,21
Investimento/Municípios (censos 2011)	0,10	0,06	0,09	0,06
Passivos Financeiros/Receitas de Capital	0,95	2,05	0,66	0,72
Passivos Financeiros/Investimento	0,46	0,63	0,90	2,83
INDICADORES DE EFICÁCIA				
Receita Total/Receita Final Orçada	0,51	0,51	0,64	0,62
Despesa Executada/Despesa Final Orçada	0,47	0,52	0,61	0,65
INDICADORES DE EFICIÊNCIA/PRODUTIVIDADE				
Receitas Correntes/Receitas Totais	0,85	0,96	0,82	0,84
Receitas Capital/Receitas Totais	0,08	0,03	0,18	0,15
Investimento/Investimento Previsto	0,31	0,23	0,40	0,25
Investimento/Despesas de Pessoal	0,48	0,29	0,42	0,30
Impostos/Receitas Correntes	0,56	0,57	0,61	0,59

Nota: Total de Municípios – 121.185

Por último, realçar o peso das receitas de capital no total das receitas, em resultado dos empréstimos de curto prazo contraídos durante o exercício económico (um pouco à imagem do verificado no ano transato), mas sobretudo, o crescimento acentuado das Receitas Correntes no total das Receitas arrecadadas e a diminuição do peso dos Impostos no total daquelas Receitas.

3. Equilíbrio Orçamental

3.1. Equilíbrio Corrente

Quadro 4. Poupança corrente do exercício – 2015/16

Designação	2015	2016	Variação	
			Valor	%
Receita corrente cobrada	66 998	70 337	3 339	4,98
Despesa corrente executada	57 002	57 736	734	1,29
Poupança Corrente Executada	9 996	12 601	2 605	26,06
Dívida corrente transitada da gerência anterior	31 015	20 904	-10 111	-32,60
Dívida corrente transitada para a gerência seguinte	20 904	13 632	-7 272	-34,79
Receita corrente liquidada e não cobrada no início do exercício	18 970	21 307	2 337	12,32
Receita corrente liquidada e não cobrada no final do exercício	21 307	21 168	-139	-0,65
Poupança Corrente do exercício	22 444	19 734	-2 710	-12,07

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o Orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às Despesas Correntes.

A execução do Orçamento do Município de Setúbal cumpre este princípio orçamental, com a formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital.

A poupança corrente executada foi de 12,6 milhões de euros, superior em 2,6 milhões de euros relativamente ao ano transato.



A poupança corrente acrescida dos movimentos das dívidas correntes transitadas e a transitar bem como da receita corrente liquidada e não cobrada no exercício, permite-nos quantificar a poupança corrente do exercício que é de 19,7 milhões de euros no ano corrente.

Quadro 5. Regra do equilíbrio orçamental – 2016

Descrição	Valor
Receitas correntes cobradas brutas	70 337
Despesas correntes pagas	57 736
Saldo corrente	12 601
Amortização média dos EMLP	4 182
Excedente anual	8 419

Sem prejuízo do princípio do equilíbrio orçamental considerado no POCAL, o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Para além do bom desempenho financeiro do Município de Setúbal evidenciado pela poupança corrente do exercício, destaca-se ainda em 2016, o excedente de 8,4 milhões de euros obtidos através do apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações.

3.2. Equilíbrio Efetivo

Na execução do Orçamento de 2016 procurou-se respeitar o equilíbrio efetivo, sustentando todas as Despesas efetivas (despesas totais menos os ativos e passivos financeiros) por Receitas efetivas (receitas totais subtraídas dos ativos e passivos financeiros), em obediência à regra da boa gestão financeira e da proteção dos ativos patrimoniais.

Quadro 6. Saldo Global efetivo – 2015/16

	2015	2016	Variação	
			Valor	%
Receitas correntes	66 998	70 337	3 339	4,98
Receitas de capital (efetivas)	16 680	12 898	-3 782	-22,67
Receita efetiva (1)	83 678	83 235	-443	-0,53
Despesas correntes	57 002	57 735	733	1,29
Despesas de capital (efetivas)	20 650	30 383	9 733	47,13
Despesa efetiva (2)	77 652	88 118	10 466	13,48
Saldo corrente	9 996	12 602	2 606	26,07
Saldo de capital	-3 970	-17 485	-13 515	340,43
Saldo Global efetivo (1)+(2)	6 026	-4 883	-10 909	-181,03

Da observação do quadro supra concluímos que o Saldo Global efetivo diminuiu relativamente ao ano transato devido ao aumento da Despesa efetiva (com particular realce para o aumento das Despesas de Capital em cerca de 47%), por contraponto a uma redução da Receita efetiva (com particular destaque para a redução das Receitas de Capital em cerca de 23%).

Esta situação obriga a um reforço das medidas de poupança, no sentido de se continuar a reduzir a dívida municipal, sem pôr em causa os investimentos estratégicos do Concelho.

4. Análise da Despesa

4.1. Execução

Do conjunto das despesas pagas em 2016, ressalta pela sua importância relativa, os valores referentes às rubricas de Pessoal (28,9%), Aquisição de Bens e Serviços (28,2%) e Passivos Financeiros (24,9%).

No que diz respeito às taxas de crescimento no período em análise, destaca-se o incremento verificado nas Transferências de Capital (300,0%) e nos Passivos Financeiros (129,8%), com 201 e 12.397 milhares de euros, respetivamente.

Quadro 7. Pagamentos – 2015/16

	2015	2016	Acréscimo/ Decréscimo %	% do Total
Despesas Correntes				
Pessoal	25 122	25 455	1,3	28,9
Aquisição de Bens e Serviços	24 772	24 855	0,3	28,2
Juros e Outros Encargos	1 566	1 407	-10,2	1,6
Transferências Correntes	4 955	5 444	9,9	6,2
Outras Despesas Correntes	587	574	-2,2	0,7
Total Corrente	57 002	57 735	1,3	65,5
Despesas de Capital				
Aquisição de Bens de Capital	10 617	7 752	-27,0	8,8
Transferências de Capital	67	268	300,0	0,3
Ativos Financeiros	414	414	0,0	0,5
Passivos Financeiros	9 552	21 949	129,8	24,9
Outras Despesas de Capital	0	0	0,0	0,0
Total Capital	20 650	30 383	47,1	34,5
TOTAL GERAL	77 652	88 118	13,5	100,0

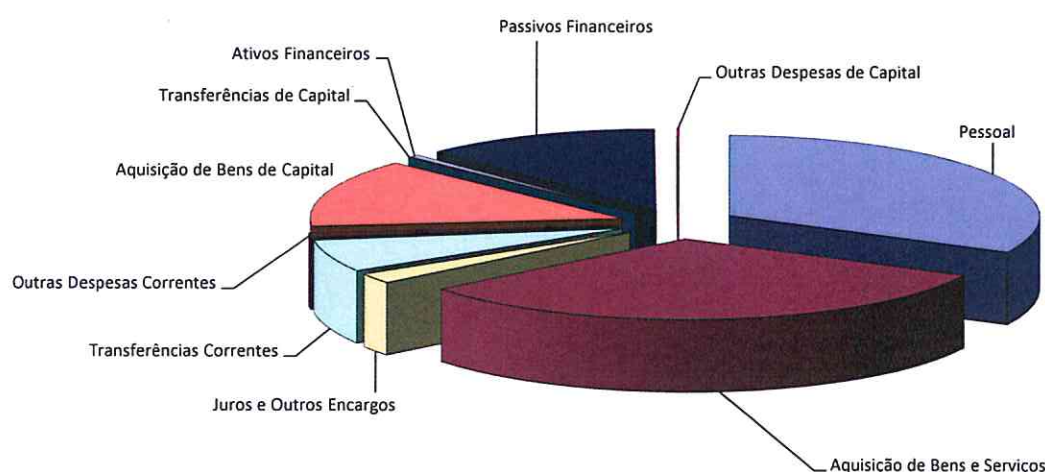
A rubrica dos Juros e Outros Encargos apresentou em 2016 um decréscimo face ao valor apresentado em 2015, cerca de 10,2%, motivado sobretudo pela sucessiva e gradual redução das taxas de juro nos mercados financeiros que ocorre desde 2014, atingindo-se taxas negativas.

Enquanto as Transferências Correntes tiveram um acréscimo, de 9,9%, motivado pelo aumento do valor atribuído no quadro dos Protocolos de Delegação de Competências celebrados com as Juntas/União de Freguesias.

As Transferências de Capital tiveram um acréscimo de 300,0%, devido sobretudo às transferências de capital para as Juntas/União de Freguesias a fim de fazer face a despesas com investimentos, de onde se destaca a requalificação do Mercado Municipal de Vila Nogueira de Azeitão.

Quanto aos Passivos Financeiros o acréscimo verificado (129,8%), em termos comparativos, ficou a dever-se à contração de três contratos de empréstimo de curto prazo, no valor global de 10 milhões de euros, bem como, à liquidação do Empréstimo de Curto Prazo transitado de 2015.

Gráfico 2. Pagamentos – 2016



4.2. Por unidade orgânica

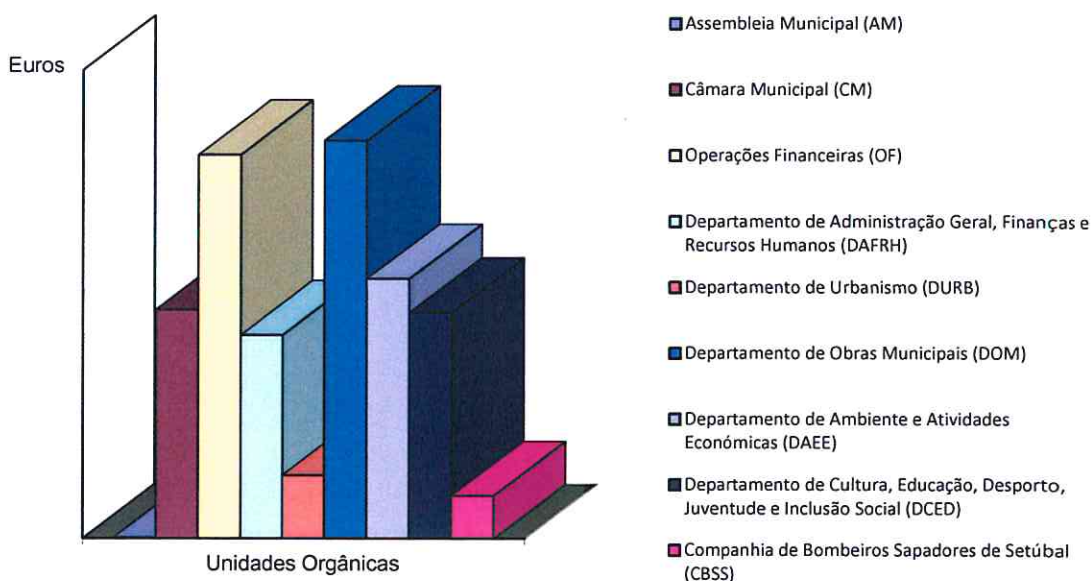
No quadro abaixo estão apresentados os valores comprometidos, pagamentos efetuados e compromissos por pagar das diversas unidades orgânicas municipais, relativamente aos anos de 2016 e 2015.

Quadro 8. Despesa por Unidade Orgânica – 2015/16

Código	Unidade Orgânica	2015			2016		
		Compromissos Assumidos	Despesa Paga	Compromissos por Pagar	Compromissos Assumidos	Despesa Paga	Compromissos por Pagar
01	Administração Autárquica						
01.01	Assembleia Municipal	17	17	0	60	60	0
01.02	Câmara Municipal	15 887	14 536	1 351	14 678	12 247	2 431
01.03	Operações Financeiras	13 012	11 532	1 480	24 575	23 771	804
02	Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos	15 177	10 025	5 152	13 032	9 489	3 543
03	Departamento de Urbanismo	4 050	2 781	1 269	4 053	2 795	1 258
04	Departamento de Obras Municipais	26 409	12 020	14 388	25 490	12 563	12 928
05	Departamento de Ambiente e Atividades Económicas	22 368	13 891	8 478	16 646	12 880	3 766
06	Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social	13 702	10 265	3 438	14 500	11 606	2 893
07	Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal	2 656	2 586	70	2 745	2 707	38
TOTAL GERAL		113 278	77 653	35 626	115 779	88 118	27 661

Em 2016 foram assumidos compromissos no valor de 115,8 milhões de euros e efetuados pagamentos no valor de 88,1 milhões de euros, o que comparado com o ano transato, resultou num aumento de 2,5 milhões de euros nos compromissos assumidos e 10,5 milhões de euros nos pagamentos realizados.

Gráfico 3. Despesa por Unidade Orgânica – 2016



Numa análise da despesa por unidade orgânica poderemos concluir que:

- O Departamento de Obras Municipais (DOM) apresenta um montante de 25,5 milhões de euros, sendo um serviço cuja operacionalidade assenta na intervenção ao nível das obras municipais. São assumidas por este Departamento as despesas relacionadas com os combustíveis para as viaturas da frota municipal e diversa maquinaria de intervenção, os fornecimentos contínuos para a reparação e manutenção das viaturas da frota municipal, dos materiais referentes a serralharia, eletricidade, construção civil, pintura e canalização, com a locação de viaturas para toda a estrutura orgânica da autarquia, para além de diversas obras no Concelho.
- A unidade orgânica Operações Financeiras (CF) que engloba os encargos com os empréstimos contraídos, os juros moratórios por atraso de pagamento e o Fundo de Apoio Municipal, teve uma execução no exercício de 24,6 milhões de euros.
- O Departamento de Ambiente e Atividades Económicas (DAEE), com uma execução de 16,6 milhões de euros de compromissos, consequência do tipo de operacionalidade deste Serviço, observável ao nível da limpeza e higiene pública, incluindo o tratamento dos resíduos sólidos, as despesas realizadas com a desratização/desbaratização/desinsectização e a conservação/manutenção de zonas verdes.



- A unidade orgânica Câmara Municipal (CM) que engloba os custos de funcionamento relativos a água, eletricidade e os custos da atividade dos diversos Gabinetes Municipais, tais como: Saúde; Planeamento Estratégico; de Apoio às Freguesias; Serviço Municipal de Proteção Civil; Turismo; Centros Históricos; Auditoria Interna e onde são também são assumidas as despesas relativas à Delegação de Competências nas Juntas/Uniãoes de Freguesia, atingiu uma execução no exercício de 14,7 milhões de euros.

- O Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social (DCED) mostra uma execução de 14,5 milhões de euros, sendo responsável pela atividade a nível cultural, desportiva, educativa e social do Município de Setúbal. A nível da educação é de salientar que grande parte da despesa assumida pelo DCED vai para a Ação Social Escolar: transportes; refeições; materiais de desgaste, entre outros. É também responsável por um conjunto de atividades desportivas, recreativas e sociais, de onde destacamos, entre outras: marchas populares; jogos do sado; mês da juventude; piquenício; festas bocageanas; nosso bairro, nossa cidade; festivais gastronómicos.

- O Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos (DAFRH) que apresenta um montante 13,0 milhões de euros em assunção de compromissos, sendo responsável por custos transversais ao Município, entre outros, os encargos de cobrança, ADSE, publicidade, comunicação e imagem, outsourcing de equipamentos e comunicações.

- Por último, o Departamento de Urbanismo (DURB), apresenta uma despesa de 4,0 milhões de euros e a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS) uma despesa de 2,7 milhões de euros.



4.3. Transferências e subsídios

Quadro 9. Pagamentos nas Transferências e Subsídios – 2015/16

Transferências	Valor 2015	Valor 2016	Variação %
Correntes			
AML	27	27	0,0
AMRS	274	269	-1,8
ANMP	6	6	0,0
AIA	15	15	0,0
Freguesias			
Protocolos	2 902	3 236	11,5
Outras	9	4	-55,6
Outras transferências	1 722	1 887	9,6
Subtotal	4 955	5 444	9,9
Capital			
Freguesias	0	180	n.a.
Outras	67	88	31,3
Subtotal	67	268	300,0
TOTAL	5 022	5 712	13,7

n.a. – não aplicável

No que diz respeito aos pagamentos efetuados nesta rubrica destacamos o volume das Transferências para as Juntas/Uniões de Freguesia, no montante de 3,4 milhões de euros, os quais decorrem da Delegação de Competências Municipais e do apoio dado a estas para a concretização de investimentos.

Destacamos também as Outras Transferências Correntes, com um montante de 1,9 milhões de euros, as quais resultam maioritariamente do apoio ao programa de Ação Social Escolar – Refeições Escolares e Suplemento Alimentar; do Apoio para material de desgaste e Visitas de Estudo no ano letivo 2016/2017; do Apoio de livros e material escolar no ano letivo 2016/2017 e Apoios financeiros às Associações e Coletividades Setubalenses para a realização de atividades de dinamização cultural, recreativa, social e desportiva.

4.4. Compromissos assumidos e por pagar

O valor dos compromissos assumidos em 2016 pela CMS, foi de cerca de 86,6 milhões de euros, totalizando o montante de 115,8 milhões de euros quando somados aos compromissos transitados (no valor de 29,2 milhões de euros).

Quadro 10. Compromissos assumidos – 2015/16

	2015	2016		
	Total	Do Exercício Anterior	Do Exercício	Total
Despesas Correntes				
Despesas com Pessoal	27 246	438	25 507	25 945
Aquisição de Bens	3 865	2 026	2 407	4 433
Aquisição de Serviços	37 331	12 538	19 883	32 421
Juros e outros encargos	3 045	1 170	1 041	2 211
Transferências Correntes	5 603	369	5 221	5 590
Outras despesas correntes	816	150	619	769
Despesas Capital				
Aquisição de bens de capital	25 266	12 398	9 341	21 739
Transferências de Capital	140	73	235	308
Ativos Financeiros	414	0	414	414
Passivos Financeiros	9 552	0	21 949	21 949
Outras despesas de capital	0	0	0	0
TOTAL	113 278	29 162	86 617	115 779

Da análise do Quadro supra se pode verificar que os Compromissos Assumidos totais de 2016 são substancialmente inferiores aos ocorridos no ano de 2015, à exceção das rubricas referentes à Aquisição de Bens e nos Passivos Financeiros.

Entretanto e no triénio 2014/16, verifica-se a ocorrência de uma diminuição continuada nos compromissos por pagar, tendo-se acentuado essa tendência no ano 2015, em que se assistiu a uma redução nos compromissos por pagar em 14,9 milhões de euros, seguida de outra redução no ano 2016, em 7,9 milhões de euros.

Quadro 11. Compromissos por pagar – 2014/15/16

	2014	2015	2016
Despesas Correntes			
Despesas com Pessoal	2 380	2 124	490
Aquisição de Bens	3 481	2 038	1 954
Aquisição de Serviços	21 964	14 385	10 044
Juros e outros encargos	1 327	1 480	804
Transferências Correntes	1 293	647	146
Outras despesas correntes	570	229	195
Despesas Capital			
Aquisição de bens de capital	19 379	14 649	13 988
Transferências de Capital	87	73	40
Ativos Financeiros	0	0	0
Passivos Financeiros	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0
TOTAL	50 481	35 625	27 661

5. Análise da Receita

5.1. Execução

Quadro 12. Recebimentos – 2015/16

	2015	2016	Acréscimo/ Decréscimo %	% do Total
Receitas Correntes				
Impostos Diretos	39 162	39 466	0,8	47,4
Impostos Indiretos	1 913	1 959	2,4	2,4
Taxas Multas e Outras Penalidades	1 258	1 570	24,8	1,9
Rendimentos de Propriedade	5 762	5 802	0,7	7,0
Transferências Correntes	12 381	13 288	7,3	16,0
Venda de Bens Serviços Correntes	6 223	7 313	17,5	8,8
Outras Receitas Correntes	299	939	214,0	1,1
Total da Receita Corrente	66 998	70 337	5,0	84,5
Receitas de Capital				
Venda de Bens de Investimento	77	99	28,6	0,1
Transferências de Capital	1 732	2 220	28,2	2,7
Ativos Financeiros	21	422	n.a.	0,5
Passivos Financeiros	12 500	10 000	-20,0	12,0
Outras Receitas de Capital	75	157	109,3	0,2
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	34	43	26,5	0,1
Total da Receita de Capital	14 405	12 898	-10,5	15,5
TOTAL GERAL	81 437	83 278	2,3	100,0

n.a. – não aplicável

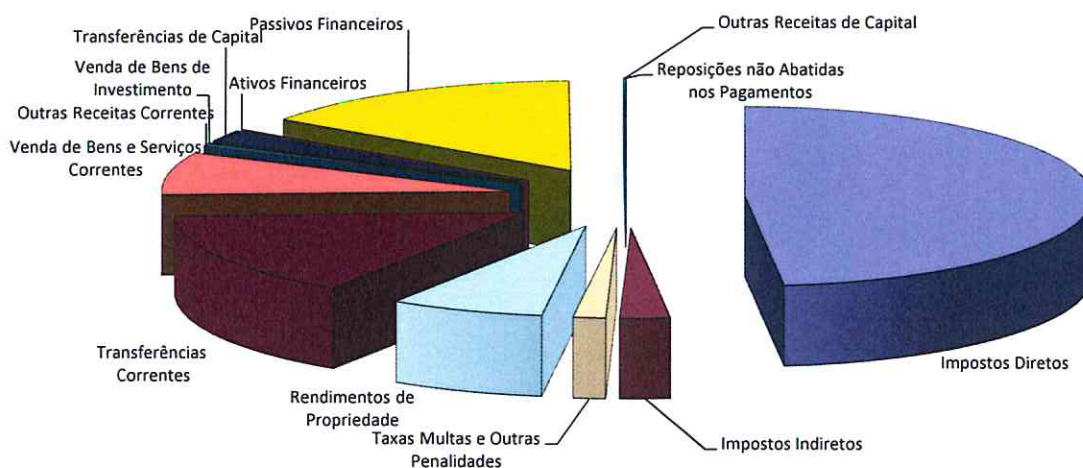
O Município de Setúbal teve um aumento em 2,3%, nas receitas totais arrecadadas em 2016, no montante de 1,8 milhões de euros. Realça-se a propósito o fato do Total da Receita de Capital ter reduzido cerca de 11%, o que demonstra um crescimento nas restantes rubricas, com a exceção dos Passivos Financeiros, os quais decresceram 20,0% (o volume de empréstimos de curto prazo contraído diminuiu de 12,5 milhões em 2015, para 10 milhões de euros em 2016).

As receitas que mais cresceram no ano de 2016 foram os Ativos Financeiros devido ao registo dos dividendos da Amarsul, S.A. e da Setgás, S.A., seguida das Outras Receitas Correntes, com um crescimento de 214,0%, devido à arrecadação de receita com o contrato de concessão da exploração de um posto de abastecimento de combustíveis.

As receitas de capital também tiveram um aumento expressivo de 109,3% devido ao acionamento das garantias bancárias por incumprimento da execução de empreitadas, nomeadamente, nas empreitadas de “Recuperação e valorização do Convento de Jesus” e da “Construção do Centro Escolar da Brejoeira”.

Apesar destas rubricas terem o maior crescimento, estas em termos absolutos possuem um valor pouco expressivo nas Receitas Totais do Município.

Gráfico 4. Recebimentos – 2015/16



A receita com maior peso no conjunto das receitas correntes continua a ser a dos Impostos Diretos (47,4%), com o montante de 39,5 milhões de euros, seguido das Transferências Correntes com 16,0% (13,3 milhões de euros) e dos Passivos Financeiros com 12,0% (10 milhões de euros).

5.2. Impostos diretos

Quadro 13. Impostos diretos – 2015/16

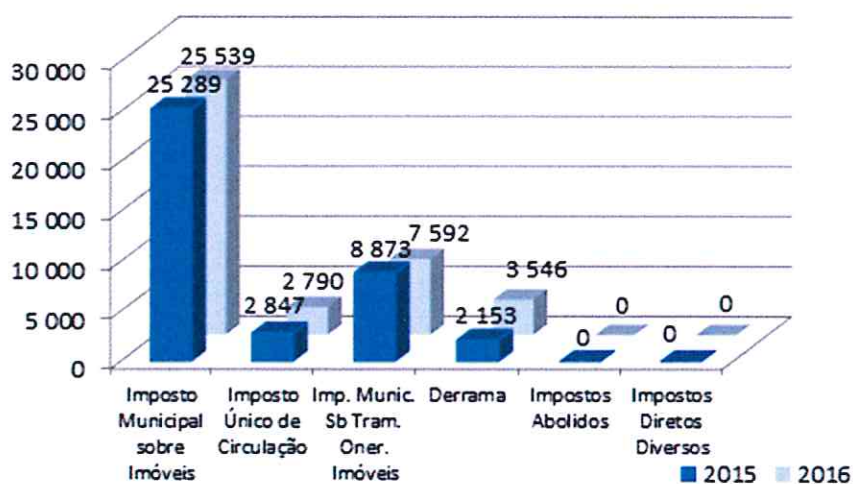
	Dotação 2016	Execução 2016	Execução 2015	% Execução 2016	Varição %
Imposto Municipal sobre Imóveis	24 288	25 539	25 289	105,2	1,0
Imposto Único de Circulação	2 930	2 790	2 847	95,2	-2,0
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	3 609	7 592	8 873	210,4	-14,4
Derrama	2 542	3 546	2 153	139,5	64,7
Impostos Abolidos	0,300	0	0	0,0	0,0
Impostos Diretos Diversos	0,100	0	0	0,0	0,0
TOTAL	33 369	39 467	39 162	118,3	0,8

Os Impostos Diretos totalizam cerca de 39,5 milhões de euros, tendo um aumento de 305 milhares de euros em relação a 2015. Dentro destes, a Derrama teve o aumento mais significativo, de 1,4 milhões de euros.

O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) apresentou um aumento de 250 milhares de euros.

O Imposto Único de Circulação (IUC) sofreu um decréscimo de 57 milhares de euros e o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) diminuiu 1,4 milhões de euros.

Gráfico 5. Impostos diretos – 2015/16



5.3. Impostos indiretos

Quadro 14. Impostos Indiretos – 2016/15

	Dotação 2016	Execução 2016	Execução 2015	% Execução 2016	Varição
Loteamentos	5	3	3	60,0	0,0
Licenças de obras	77	187	156	242,9	19,9
Utilização de Edificações	17	17	12	100,0	41,7
Taxas de Vistorias	4	7	5	175,0	40,0
Encargos de Mais-Valias	4	8	8	200,0	0,0
Taxas de Infraestruturas	108	349	232	323,1	50,4
Outros (Loteamentos/Obras)	23	17	34	73,9	-50,0
Ocupação via pública (obras)	13	20	17	153,8	17,6
Instalações abastecedoras	5	0	0	0,0	0,0
Outros (Ocupação Via Pública)	409	264	355	64,5	-25,6
Publicidade	110	132	92	120,0	43,5
Saneamento	0	0	s.d.	0,0	n.a.
Utilização da rede viária	0	0	s.d.	0,0	n.a.
Taxa Municipal de Proteção Civil	850	873	911	102,7	-4,2
Diversos	74	82	87	110,8	-5,7
TOTAL	1 699	1 959	1 912	115,3	2,5

n.a. – não aplicável

s.d. – sem dados

Os Impostos Indiretos têm uma execução de 2,0 milhões de euros, aumentando 2,5% relativamente ao ano transato, no montante de 47 milhares de euros.

Destes impostos, destacam-se as entradas de receita relativas à Taxa Municipal de Proteção Civil (873 milhares de euros), às taxas de infraestruturas (349 milhares de euros), às taxas relativas à ocupação de via pública (264 milhares de euros), às licenças de obras (187 milhares de euros) e ainda à publicidade (132 milhares de euros).

5.4. Taxas, multas e outras penalidades

Esta rubrica teve um aumento de 316 milhares de euros em relação ao ano anterior, continuando o ritmo de crescimento verificado nos últimos anos.

As taxas específicas das autarquias locais aumentaram 339 milhares de euros, explicável pelo aumento mais significativo das taxas dos loteamentos e obras.

As multas e outras penalidades (contraordenações) diminuíram 23 milhares de euros, como se pode evidenciar no quadro infra.

Quadro 15. Taxas, multas e outras penalidades – 2015/16

	2015	2016	Crescimento	Varição %
Taxas específicas das autarquias locais	1 076	1 415	339	-24,0
Multas e outras penalidades	178	155	-23	14,8

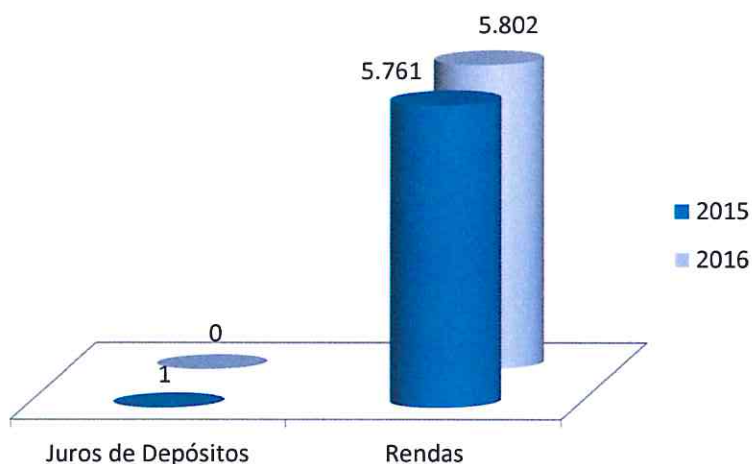
5.5. Rendimentos de propriedade

Quadro 16. Rendimentos de Propriedade – 2015/16

	Execução 2015	Dotação 2016	Execução 2016	% Execução 2016	Varição
Juros de Depósitos	1	0	0	0,0	-100,0
Rendas	5 761	18 756	5 802	30,9	0,7
TOTAL	5 762	18 756	5 802	30,9	0,7

Os rendimentos de propriedade tiveram um ligeiro aumento de 40 milhares de euros, quebrando a tendência de decréscimo verificada desde o ano de 2012.

Gráfico 6. Rendimentos de propriedade – 2015/16



5.6. Transferências e subsídios

Quadro 17. Recebimentos nas Transferências e Subsídios – 2015/16

Transferências	Receita (Valor recebido)		
	Valor 2015	Valor 2016	Variação %
FEF/FSM/IRS			
Correntes	10 535	11 467	8,8
Capital	345	353	2,3
Fundos Comunitários			
Correntes	0	0	0,0
Capital	102	1 537	1 406,9
Outras transferências			
Correntes	1 846	1 820	-1,4
Capital	1 285	330	-74,3
TOTAL	14 113	15 507	9,9

As transferências provenientes do Orçamento de Estado, quer correntes quer de capital, nomeadamente o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), o Fundo Social Municipal (FSM) e a Participação Variável no IRS, perfazem o montante de 11,8 milhões de euros, obtendo um crescimento de 1,0 milhão de euros relativamente a 2015.

Em relação às receitas provenientes de candidaturas comparticipadas, é necessário somar os Fundos Comunitários (Capital) com as outras transferências de capital de forma a obter o valor total arrecadado, pois a comparticipação da candidatura “Resiliência – Setúbal +” está a ser registada nas outras transferências de capital.

Assim, a receita arrecadada com candidaturas comparticipadas no ano 2016, totaliza o montante de 1,9 milhões de euros, significando um aumento relativamente ao ano de 2015, de cerca de 500 milhares de euros.

As outras transferências correntes sofreram um ligeiro decréscimo de 1,4% relativamente ao ano transato.

6. Movimentos de Tesouraria

O mapa seguinte diferencia os recebimentos e pagamentos relacionados com a execução orçamental corrente e de capital, assim como as operações de tesouraria, espelhando sinteticamente o processo de execução das receitas e despesas, bem como, os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte.

Quadro 18. Fluxos de Caixa – 2016

RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo da gerência anterior		7 512	Despesas orçamentais		88 118
Execução orçamental	6 025		Correntes	57 735	
Operações de tesouraria	1 487		Capital	30 283	
Receitas orçamentais		83 278	Operações de tesouraria		5 838
Correntes	70 337		Saldo para a gerência seguinte		2 728
Capital	12 898		Execução orçamental	1 185	
Outras	44		Operações de tesouraria	1 543	
Operações de tesouraria		5 894			
TOTAL		96 684	TOTAL		96 684

O Saldo da gerência anterior foi de 7,5 milhões de euros, composto por 6,0 milhões de euros de execução orçamental e 1,5 milhões de euros de operações de tesouraria.



Durante o ano foram arrecadados 83,3 milhões de euros em Receitas orçamentais e realizaram-se 88,1 milhões de euros em Despesas orçamentais, sendo o montante de Execução orçamental para a gerência seguinte de 1,2 milhões de euros.

Nas Operações de Tesouraria foram arrecadadas 5,9 milhões de euros e realizados 5,8 milhões de euros, tendo o montante de 1,5 milhões de euros transitado para a gerência seguinte.

Assim sendo, o Saldo para a gerência seguinte é de 2 728 milhares de euros.



IV – SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

7. Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira da CMS, apresentando a situação do Património à data de encerramento do exercício, dando a conhecer por um lado o Ativo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica e, por outro lado, o Passivo e o Capital Próprio que espelham a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

Quadro 19. Balanço – 2016

	2016		2016
ATIVO		FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	
IMOBILIZADO		FUNDOS PRÓPRIOS	
Bens de Domínio Público	36 441	Património	184 646
Imobilizações Incorpóreas	732	Reservas	46 528
Imobilizações Corpóreas	252 237	Doações	5 530
Investimentos Financeiros	9 379	Resultados Transitados	45 545
	298 789	Resultado Líquido do Exercício	4 627
EXISTÊNCIAS	22 875	Total dos Fundos Próprios	286 876
DÍVIDAS DE TERCEIROS		PASSIVO	
Empréstimos Concedidos	95	Provisões para riscos e encargos	1 548
Clientes	31	Dívidas a terceiros – M. Longo prazo	
Contribuintes	4 176	Empréstimos de Médio Longo Prazo	30 559
Utentes	4 772	Dívidas a terceiros – Curto prazo	
Clientes, cont. utentes Cob. Duvidosa	1 202	Empréstimos de Curto Prazo	0
Estado e Outros Entes Públicos	273	Cientes com cauções	64
Outros Devedores	20 848	Fornecedores	23 781
	31 397	Credores pela execução do orçamento	0
DISPONIBILIDADES		Estado e Outros Entes Públicos	1 856
Depósitos em Instituições de Crédito	2 714	Outros Credores	2 468
Caixa	14	Acréscimos e Diferimentos	45 081
	2 728	Total do Passivo	105 357
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	36 444	TOTAL FUNDOS PRÓP. E PASSIVO	392 233
TOTAL DO ATIVO	392 233		

7.1. Ativo

O ativo atingiu o total de 392 milhões de euros. Sendo que, o imobilizado representa 76,2% do ativo total, enquanto o circulante abrange somente 5,8% e as dívidas de terceiros abrangem 8,0% do total. Os depósitos apenas representam 0,7% do ativo e os acréscimos e diferimentos têm um peso de 9,3%, devido ao cumprimento do princípio da especialização dos proveitos, referente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), à Derrama e à Participação Variável no IRS.

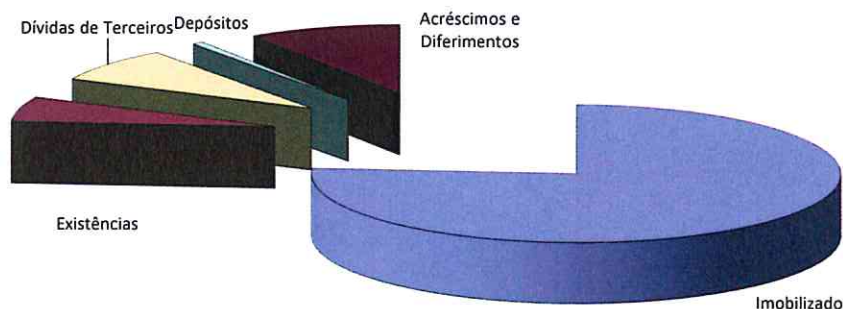
Quadro 20. Ativo – 2015/16

	2015		2016		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Imobilizado	290 330	74,3	298 789	76,2	8 459	2,9
Circulante	23 010	5,9	22 875	5,8	-135	-0,6
Dívidas de Terceiros	29 685	7,6	31 397	8,0	1 712	5,8
Depósitos	7 511	1,9	2 728	0,7	-4 783	-63,7
Acréscimos e Diferimentos	40 476	10,4	36 444	9,3	-4 032	-10,0
TOTAL	391 012	-	392 233	-	1 221	-

Analisando o ativo, verifica-se que o imobilizado cresceu em 8,5 milhões de euros e as dívidas de terceiros em 1,7 milhões de euros relativamente ao ano transato.

O circulante diminuiu em 135 milhares de euros, os depósitos em 4,5 milhões de euros e os acréscimos e diferimentos em 4,0 milhões em relação ao ano passado.

Gráfico 7. Ativo – 2016



7.2. Imobilizado

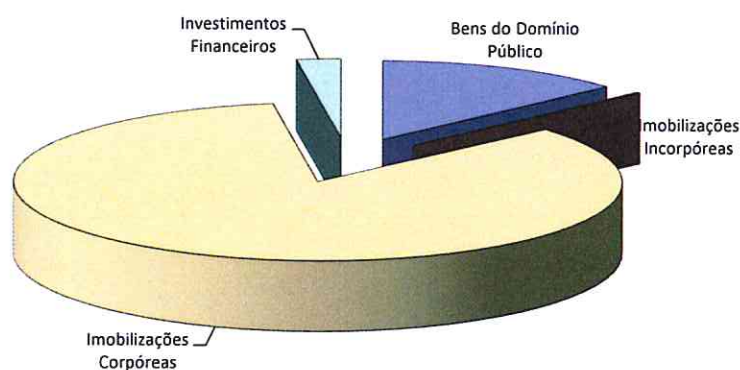
Quadro 21. Imobilizado – 2015/16

	2015		2016		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Bens do Domínio Público	38 102	13,1	36 441	12,2	-1 661	-4,4
Imobilizações Incorpóreas	736	0,3	732	0,2	-4	-0,5
Imobilizações Corpóreas	244 599	84,2	252 237	84,4	7 638	3,1
Investimentos Financeiros	6 893	2,4	9 379	3,1	2 486	36,1
TOTAL	290 330	-	298 789	-	8 459	-

O imobilizado líquido teve um aumento de 8,5 milhões de euros, devido ao crescimento das imobilizações corpóreas, fundamentado pela concretização de diversas obras de conservação e beneficiação na Cidade de Setúbal e Azeitão, em que se destacam as seguintes: remodelação do Moinho da Maré da Mourisca; conservação da Pousada/Centro da Juventude de Setúbal; reabilitação do Reservatório Elevado do Farol da Azeda e diversas reabilitações da rede de abastecimento de água no Concelho, e ainda devido ao lançamento de obras concluídas em 2012/2013, mas ainda não lançadas no património, nomeadamente a requalificação da Casa da Cultura e do Mercado do Livramento.

E também devido ao aumento em 2,5 milhões de euros nos investimentos financeiros, fundamentado pelo registo da contribuição total, do ano 2016 ao ano 2021, da contribuição do Município de Setúbal para a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Gráfico 8. Imobilizado – 2016



O decréscimo observado, nos bens do domínio público e nas imobilizações incorpóreas, decorre da natural depreciação deste imobilizado, resultante das amortizações do ano.



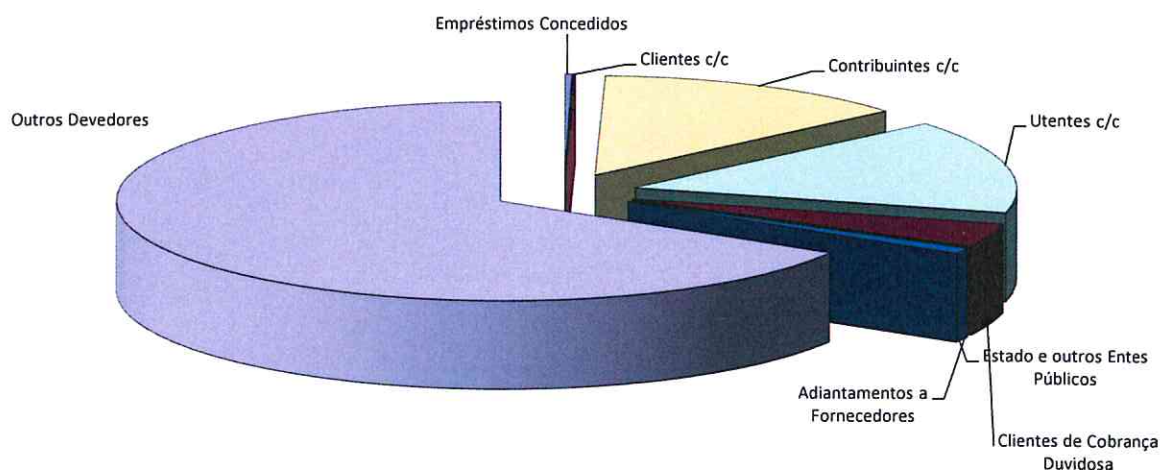
7.3. Dívidas de terceiros de curto prazo

Quadro 22. Dívidas de Terceiros de Curto prazo – 2015/16

	2015		2016		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Empréstimos Concedidos	95	0,32	95	0,30	0	0,0
Clientes c/c	146	0,49	31	0,10	-115	-78,8
Contribuintes c/c	3 860	13,00	4 176	13,30	316	8,2
Utentes c/c	4 560	15,36	4 772	15,20	212	4,6
Clientes de Cobrança Duvidosa	1 000	3,37	1 202	3,83	202	20,2
Adiantamentos a Fornecedores	0	0,00	0	0,00	0	0,0
Estado e outros Entes Públicos	297	1,00	273	0,87	-24	-8,1
Outros Devedores	19 727	66,45	20 848	66,40	1 121	5,7
TOTAL	29 685	-	31 397	-	1 712	-

O valor das Dívidas de Terceiros de Curto prazo ascende a 31,4 milhões de euros, resultando no crescimento de 1,7 milhões de euros por relação ao ano de 2015. Esta rubrica inclui as dívidas de rendas de habitação social, renda da concessão das Águas do Sado, S.A., de loteamento e obras, de resíduos sólidos, refeições escolares e prolongamento, estacionamento público, taxas diversas e o valor por receber das candidaturas comparticipadas.

Gráfico 9. Dívidas de Terceiros de Curto prazo – 2016



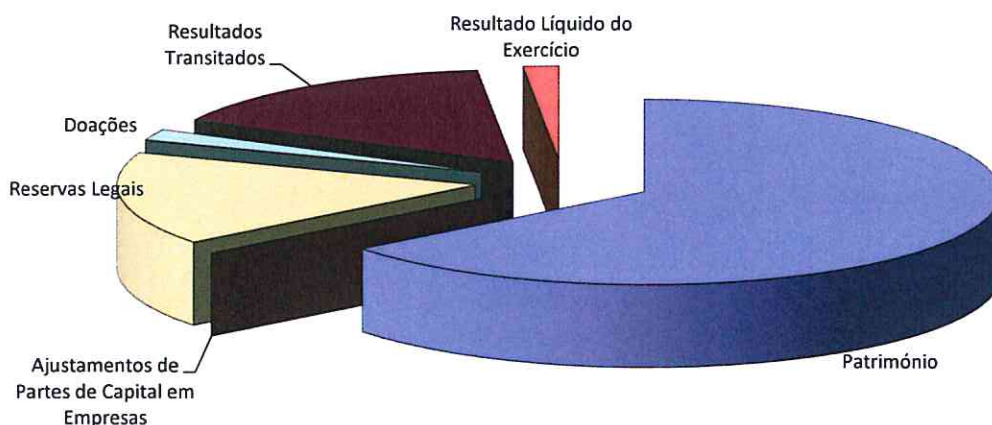
7.4. Fundos Próprios

Quadro 23. Fundos Próprios – 2015/16

	2015		2016		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Património	184 212	67,1	184 646	64,4	434	0,2
Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Reservas	37 646	13,7	46 528	16,2	8 882	23,6
Doações	5 462	2,0	5 530	1,9	68	1,2
Resultados Transitados	30 247	11,0	45 545	15,9	15 298	50,6
Resultado Líquido do Exercício	16 767	6,1	4 627	1,6	-12 140	-72,4
TOTAL	274 334	-	286 876	-	12 542	-

Os fundos próprios totalizam 286,9 milhões de euros e são constituídos por: Património (184,6 milhões de euros), Reservas (46,5 milhões de euros), Doações (5,5 milhões de euros), Resultados Transitados (45,5 milhões de euros) e Resultado Líquido do Exercício (4,6 milhões de euros), verificando-se um acréscimo de 12,5 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

Gráfico 10. Fundos Próprios – 2016



Os Resultados Transitados são a rubrica dos Fundos Próprios que apresentam um maior crescimento no ano de 2016 (15,3 milhões de euros), devido à aplicação do Resultado Líquido do ano transato, conforme o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL.

O valor em reservas teve um aumento de 8,9 milhões de euros, decorrente do registo de diversas parcelas de terreno, maioritariamente no Bairro da Liberdade e no Bairro da Nova Azeda.

O Resultado Líquido apurado é de 4,6 milhões de euros, significando um decréscimo de 12,1 milhões de euros, justificável pelo aumento dos custos, em 4,5 milhões de euros, aliado à diminuição dos proveitos, em 11,9 milhões de euros.

Mais à frente, iremos analisar pormenorizadamente os resultados apurados.

7.5. Passivo

O Passivo ascende a 105,4 milhões de euros, sendo 30,6 milhões de euros referentes a Dívidas de Médio e Longo prazo e 28,2 milhões de euros de Curto prazo, 1,5 milhões de euros de Provisões para Riscos e Encargos e 45,1 milhões de euros de Acréscimos e Diferimentos.

Em relação ao ano 2015, o Passivo diminuiu 11,3 milhões de euros, devido à diminuição das Dívidas de Curto, Médio e Longo prazos, em 13,8 e 4,4 milhões de euros respetivamente, apesar do aumento das Provisões para Riscos e Encargos e dos Acréscimos e Diferimentos.

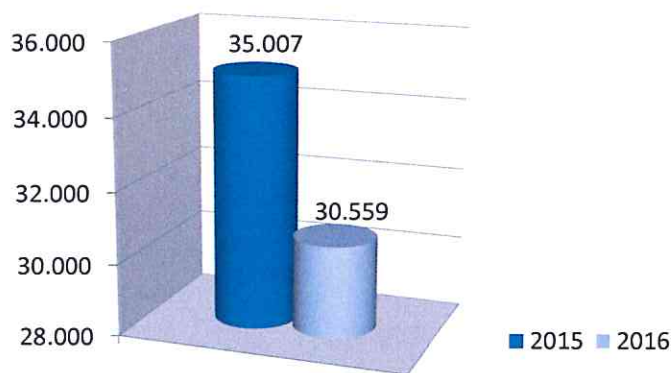
7.6. Dívidas a terceiros de médio e longo prazo

Quadro 24. Dívidas a Terceiros de Médio e Longo prazo – 2015/16

	2015		2016		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Empréstimos - Médio e Longo Prazo	35 007	-	30 559	-	-4 448	-12,7
TOTAL	35 007	-	30 559	-	-4 448	-12,7

As Dívidas a Terceiros de Médio e Longo prazo apresentam uma diminuição de 4,4 milhões de euros, graças às amortizações dos diversos empréstimos contraídos.

Gráfico 11. Dívidas a Terceiros de Médio e Longo prazo – 2015/16



Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo

7.7. Dívidas a terceiros de curto prazo

As Dívidas a Terceiros de Curto prazo decresceram em 13,8 milhões de euros, situando-se o valor da dívida nos 28,2 milhões de euros. Quase todas as rubricas dentro das Dívidas a Terceiros de Curto prazo obtiveram um decréscimo relativamente ao ano de 2015, excetuando os outros credores que aumentaram 1,6 milhões de euros, devido ao registo da contribuição para FAM.

Quadro 25. Dívidas a Terceiros de Curto prazo – 2015/16

	2015		2016		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Empréstimos de curto prazo	7 500	17,9	0	0,0	-7 500	-100,0
Clientes com Cauções	63	0,2	64	0,2	1	1,6
Fornecedores c/c	14 543	34,7	9 649	34,3	-4 894	-33,7
Fornecedores c/ caução	38	0,1	35	0,1	-3	-7,9
Fornecedores - Faturas em Receção e Conferência	4 997	11,9	4 396	15,6	-601	-12,0
Fornecedores c/c - Factoring	1 562	3,7	617	2,2	-945	-60,5
Fornecedores c/c - Cessão de créditos	61	0,1	0	0,0	-61	-100,0
Adiantamento de Clientes, Contribuintes e Utentes	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Credores pela execução do orçamento	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Fornecedores de imobilizado c/c	6 686	15,9	5 941	21,1	-745	-11,1
Fornecedores de imobilizado - Factoring	2 087	5,0	1 963	7,0	-124	-5,9
Fornecedores de imobilizado - Cessão de créditos	345	0,8	164	0,6	-181	-52,5
Fornecedores de imobilizado c/ cauções	972	2,3	1 015	3,6	43	4,4
Estado e outros Entes Públicos	2 258	5,4	1 856	6,6	-402	-17,8
Outros Credores	848	2,0	2 468	8,8	1 620	191,0
TOTAL	41 960	-	28 168	-	-13 792	-

Realçamos que, este ano, foi realizado o movimento de especialização do acréscimo de custos da faturação pertencente a este exercício, mas apenas registado no exercício seguinte (utilização da conta 27.3 – Acréscimo de custos em contrapartida de diversas contas de custos).

Assim, a este valor de dívida temos que adicionar o montante de 3,5 milhões de euros, de forma a apurarmos o valor real da Dívida a Terceiros de Curto prazo, situando-se esta nos 31,7 milhões de euros, significando, na mesma, um decréscimo relativo ao ano transato de cerca de 10 milhões de euros.

7.8. Acréscimo de custos e proveitos diferidos

A conta 27.3 - Acréscimo de Custos, reflete os custos a reconhecer no próprio exercício e cuja despesa só venha a ocorrer em exercícios posteriores. De salientar as remunerações e respetivos encargos devidos pelo motivo de férias, cujo processamento e pagamento ocorre no ano de 2017, mas que dizem respeito ao ano de 2016, atingindo cerca de 3,0 milhões de euros.

A conta 27.4 – Proveitos Diferidos, inclui os subsídios/transferências de investimento a que o Município tem direito nos termos da lei ou de contratos-programa. O aumento foi devido à abertura de candidaturas no âmbito do Portugal 2020 cofinanciadas pelo Fundo de Coesão. Inclui ainda os proveitos diferidos provenientes das rendas recebidas pelo Município e do dinheiro recebido relativo às aquisições pelos Municípes de habitações sociais cujas escrituras ainda não foram efetuadas.

Quadro 26. Acréscimos de custos e proveitos diferidos – 2015/16

	2015		2016		Crescimento	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	%
Acréscimos de Custos	3 946	10,2	7 461	16,6	3 515	89,1
Proveitos Diferidos	34 850	89,8	37 620	83,4	2 770	7,9
TOTAL	38 796	-	45 081	-	6 285	-



7.9. Comparação dos balanços sucessivos

Quadro 27. Balanços sucessivos – 2014/15/16

	2014		2015		2016
	Valores	Variação %	Valores	Variação %	Valores
ATIVO					
Imobilizações Líquido	270 729	6,8	290 330	2,8	298 789
Existências	23 200	-0,8	23 010	-0,6	22 875
Créditos a curto prazo	26 699	10,1	29 685	5,5	31 397
Disponibilidades	3 991	46,9	7 511	-175,3	2 728
Acréscimos e Diferimentos	34 708	14,3	40 476	-11,1	36 444
TOTAL	359 327	-	391 012	-	392 233
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO					
Capital	166 727	9,5	184 212	0,2	184 646
Reservas	34 125	9,4	37 646	19,1	46 528
Doações	5 451	0,2	5 462	1,2	5 530
Resultados Transitados	16 469	45,6	30 247	33,6	45 545
Resultados Líquidos	17 415	-3,9	16 767	-262,4	4 627
Provisões	1 349	-47,4	915	40,9	1 548
Dívidas a terceiros (m.l.p.)	39 559	-13,0	35 007	-14,6	30 559
Dívidas a terceiros (c.p.)	37 894	-10,0	41 960	-22,3	28 169
Acréscimos e Diferimentos	40 338	-4,0	38 796	13,9	45 081
TOTAL	359 327	-	391 012	-	392 233

Após análise do triénio 2014-2016, é de referir que no Ativo se verifica um decréscimo continuado ao longo do período em análise no valor das Existências e o crescimento do valor dos Créditos de Curto prazo.

Relativamente aos Fundos Próprios, as rubricas que têm crescido sucessivamente ao longo do triénio são: o Capital, as Reservas, as Doações e os Resultados Transitados, enquanto os Resultados Líquidos e as Dívidas de Curto, Médio e Longo prazos têm decrescido continuamente ao longo do triénio em análise.

8. Análise da Demonstração de Resultados

Quadro 28. Demonstração de Resultados – 2015/16

Custos e Perdas	2016	2015	Variação	Proveitos e ganhos	2016	2015	Variação
	Valor	Valor			Valor	Valor	
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	881	955	-7,7	Vendas de mercadorias e produtos	137	223	-38,6
Fornecimentos e Serviços Externos	22 567	19 077	18,3	Prestações de serviços	15 241	9 437	61,5
Remunerações	19 901	19 557	1,8	Total	15 378	9 660	59,2
Encargos Sociais	5 372	5 149	4,3	Impostos e Taxas	32 688	47 103	-30,6
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	4 999	4 723	5,8				
Amortizações do Exercício	7 057	6 946	1,6	Proveitos Suplementares	0	0	0,0
Provisões do Exercício	831	255	225,9	Transferências e Subsídios Obtidos	13 375	14 615	-8,5
Outros Custos e Perdas Operacionais	43	40	7,5	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	4 039	4 999	-19,2
Total Custos Operacionais	61 651	56 702	8,7	Total Proveitos Operacionais	65 480	76 377	-14,3
Custos e Perdas Financeiros	1 046	2 023	-48,3	Proveitos e Ganhos Financeiros	22	23	-4,3
Total de Custos Financeiros	1 046	2 023	-48,3	Total de Proveitos Financeiros	22	23	-4,3
Custos e Perdas Extraordinários	593	4 369	-86,4	Proveitos Extraordinários	2 415	3 461	-30,2
Total de Custos Extraordinários	593	4 369	-86,4	Total Proveitos Extraordinários	2 415	3 461	-30,2
Res. Líquido do Exercício	4 627	16 767	-72,4				
TOTAL	67 917	79 861	-15,0	TOTAL	67 917	79 861	-15,0

Os Custos e Perdas Operacionais totalizaram 61,6 milhões de euros, significando uma variação positiva de 8,7% face a 2015. Tal situação ficou a dever-se ao aumento generalizado de todos os Custos Operacionais, excetuando o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

O valor registado pelos Custos e Perdas Financeiros, com o total de 1,0 milhão de euros, diminuiu face ao ano transato devido aos juros dos empréstimos de médio e longo prazo contraídos terem diminuído, em 84 milhares de euros, em consequência da sucessiva diminuição da Euribor, atingindo até taxas negativas, aliado à acentuada diminuição (no valor de 1,0 milhão de euros) dos juros moratórios suportados pelo atraso no pagamento de faturação.

Os Custos e Perdas Extraordinários foram de 592 milhares de euros em 2016, traduzindo-se numa redução acentuada desse montante face ao ano anterior, no valor de 3,8 milhões de euros.

Os Proveitos Operacionais obtiveram um decréscimo de 14,3%, num total de 10,9 milhões de euros, justificável pela diminuição generalizada dos Proveitos Operacionais, excetuando-se as Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços, que contradizem esta tendência aumentando 5,7 milhões de euros.

Os Proveitos Financeiros, com 22 milhares de euros, diminuíram ligeiramente (4,3%) relativamente ao ano de 2015, explicável pela descida dos juros obtidos com depósitos em instituições financeiras e da diminuição da arrecadação de rendas de outras construções.

Os Proveitos Extraordinários tiveram um decréscimo de 1,0 milhão de euros devido à diminuição de alienação de imobilizações corpóreas.

8.1. Fornecimentos e serviços externos

Quadro 29. Fornecimentos e Serviços externos – 2014/15/16

	2014		2015		2016
	Valor	Acréscimo/ Decréscimo	Valor	Acréscimo/ Decréscimo	Valor
Resíduos sólidos	1 707	139	1 846	220	2 066
Material de escritório	22	37	59	-36	23
Rendas e alugueres	1 035	176	1 211	451	1 662
Eletricidade	3 298	124	3 422	654	4 076
Limpeza, higiene e conforto	1 650	-435	1 215	404	1 619
Conservações e reparações diversas	1 667	555	2 222	-353	1 869
Material para a rede viária	205	-39	166	289	455
Publicidade	435	202	637	-96	541
Trabalhos especializados	538	144	682	178	860
Prestações serviços diversas + CEI's	650	297	947	469	1 416
Combustíveis	212	-109	103	-27	76
Água	751	-36	715	70	785
Vigilância e segurança	268	-8	260	70	330
Transportes escolares	505	26	531	0	531
Assistências técnicas	166	14	180	49	229
Alimentação (refeições escolares e outros)	881	-59	822	12	834
Espetáculos culturais e recreativos	315	-3	312	143	455
Comunicações	319	-24	295	-4	291
Feira de Santiago	521	22	543	46	589
Outros seguros	162	29	191	-47	144
Material de construção/conservação diversa	422	1906	2 328	-1822	506
Encargos de cobrança com receitas	767	158	925	-27	898

Após análise das rubricas mais significativas dos Fornecimentos e Serviços externos, e da sua evolução ao longo do triénio 2014-2016, concluímos que:

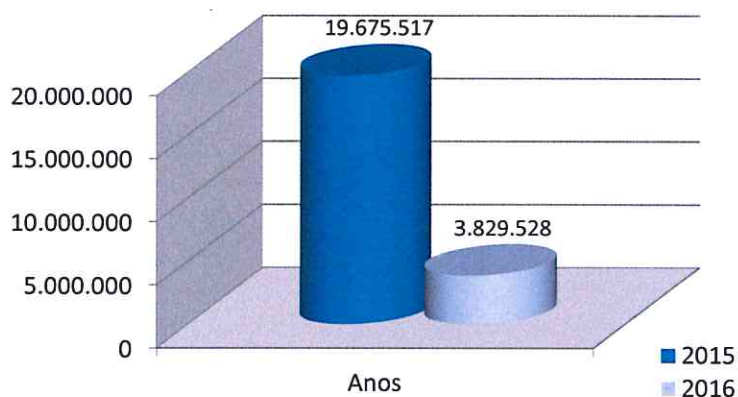
- (a) A despesa com eletricidade tem vindo a aumentar devido à colocação de novas luminárias e ao incremento do custo da eletricidade;
- (b) A despesa com a recolha e tratamento dos resíduos sólidos tem crescido ao longo do triénio;

- (c) A despesa decorrente das prestações de serviços diversas e dos contratos de emprego e inserção também tem vindo a aumentar;
- (d) As comunicações diminuíram ao longo dos anos, devido sobretudo à desmaterialização dos processos, tendo vindo a manter-se ao longo dos últimos dois anos;
- (e) As restantes despesas têm-se mantido estabilizadas ao longo do triénio em análise.

8.2. Resultados Operacionais

Os Resultados Operacionais de 2016, diminuíram em comparação com o ano anterior em 15,8 milhões de euros, tendo atingido o valor de 3,8 milhões de euros, em consequência do aumento generalizado dos Custos Operacionais e da diminuição dos Proveitos Operacionais, tais como: Impostos e Taxas; Transferências e Subsídios obtidos.

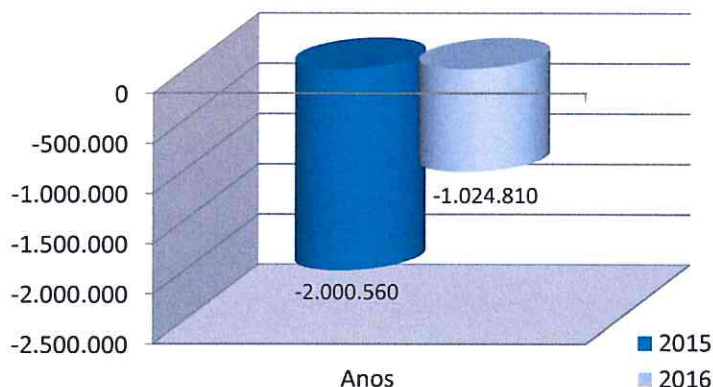
Gráfico 12. Resultados Operacionais – 2015/16



8.3. Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros atingiram um valor negativo de cerca de 1,0 milhão de euros, tendo melhorado em cerca de 50% relativamente a 2015, em consequência da diminuição quer dos juros derivados dos empréstimos contraídos, quer dos juros pelo atraso verificado no pagamento da faturação.

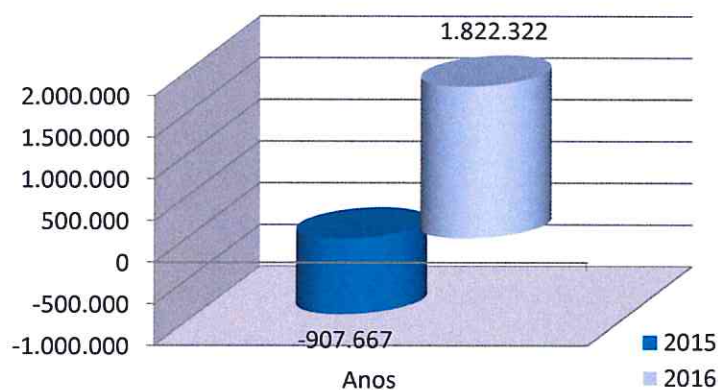
Gráfico 13. Resultados Financeiros – 2015/16



8.4. Resultados Extraordinários

Os Resultados Extraordinários tiveram uma evolução positiva significativa de 2,7 milhões de euros, saindo de um resultado negativo para um positivo de 1,8 milhões de euros.

Gráfico 14. Resultados Extraordinários – 2015/16



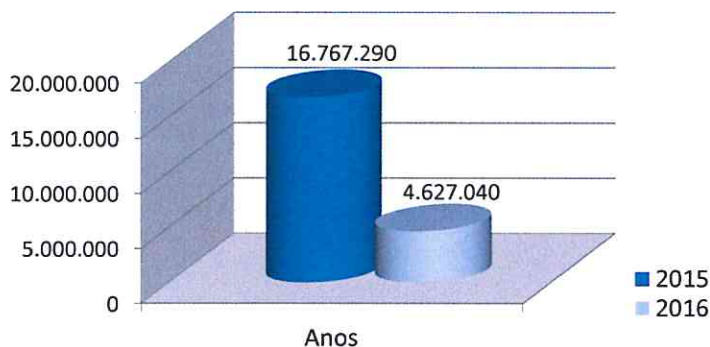
Esta evolução ficou a dever-se maioritariamente à descida de 3,8 milhões de euros nos Custos Extraordinários, apesar da diminuição dos Proveitos Extraordinários.



8.5. Resultado Líquido do Exercício

O Resultado Líquido do Exercício de 2016 é de 4,6 milhões de euros, embora positivo desceu cerca de 72% (diminuiu cerca de 12,1 milhões de euros), face ao Resultado do ano anterior.

Gráfico 15. Resultado Líquido do Exercício – 2015/16

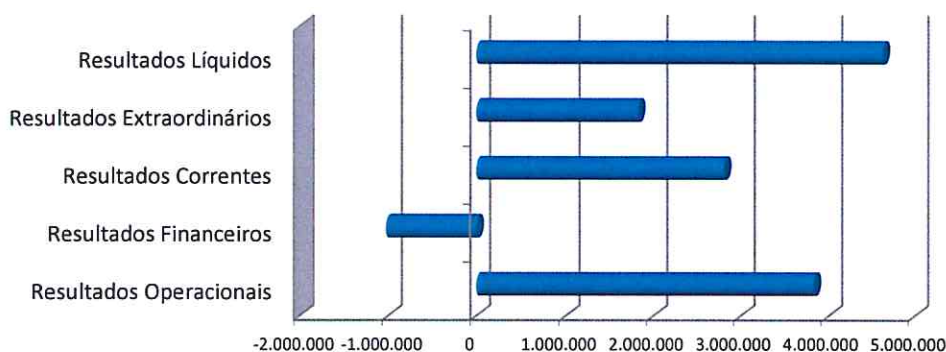


A título comparativo com o ano anterior temos:

Quadro 30. Evolução dos Resultados – 2015/16

	2015	2016	Crescimento	
			Valor	%
Resultados Operacionais	19 675 517	3 829 528	-15 845 989	-80,5
Resultados Financeiros	-2 000 560	-1 024 810	975 750	-48,8
Resultados Correntes	17 674 957	2 804 718	-14 870 239	-84,1
Resultados Extraordinários	-907 667	1 822 322	2 729 989	-300,8
Resultados Líquidos	16 767 290	4 627 040	-12 140 250	-72,4

Gráfico 16. Apuramento de Resultados – 2016



Em síntese, apesar dos Resultados do Município terem diminuído na sua maioria, excetuando os Resultados Financeiros e os Extraordinários, o Resultado Líquido do Exercício continua positivo, denotando-se a estratégia de contenção das despesas e do esforço continuado de arrecadação de receita.

9. Dívida

9.1. Dívida bancária municipal

No fim de 2016, o valor do capital em dívida referente aos Empréstimos municipais era de 30,6 milhões de euros. A tendência da diminuição desta dívida desde o ano 2012 foi quebrada no ano 2015, devido à contração de dois Empréstimos de curto prazo, no valor total de 12,5 milhões de euros.

Quadro 31. Endividamento bancário líquido – 2014/15/16

Dívida Municipal	2014	2015	2016
Capital em dívida em 01/jan	44 039	39 559	42 507 ⁽²⁾
Juros	275	180	272
Amortizações	4 480	9 552	21 949
Capital em dívida em 31/dez	39 559	42 507 ⁽¹⁾	30 559
Endividamento Bancário Líquido	4 480	-2 948	21 948

(1) Foram libertados 7,5 e 5,0 milhões de euros, em julho e setembro respetivamente, referentes a empréstimos de curto prazo

(2) Foram libertados 5,0; 2,5 e 2,5 milhões de euros, em maio, junho e setembro respetivamente, referentes a empréstimos de curto prazo

Em 2014, diminuiu 4,5 milhões de euros, não tendo o Município de Setúbal contratado nenhum novo Empréstimo, nem solicitado libertação de verba dos Empréstimos já contraídos.

Em 2015, aumentou 2,9 milhões de euros, devido à contração de dois Empréstimos de Curto prazo com as instituições bancárias Caixa de Crédito Agrícola da Costa Azul, CRL e Novo Banco, SA, no montante de 7,5 e 5,0 milhões de euros, respetivamente, para ocorrer a dificuldades de tesouraria.

Ressalvamos que, o Empréstimo de Curto prazo de 5,0 milhões de euros, não teve impacto no endividamento bancário líquido, pois o mesmo foi contraído e totalmente amortizado durante o ano económico de 2015. O outro Empréstimo de Curto prazo, de 7,5 milhões de euros, de acordo com a alínea b), do Artigo 3.º, da Lei n.º 7/98, de 03 de fevereiro, transformou-se em dívida fundada ao não ter sido totalmente amortizado no exercício económico em que foi contraído.

Em 2016, diminuiu 21,9 milhões de euros, tendo sido totalmente amortizado o Empréstimo de Curto prazo de 7,5 milhões de euros, que tinha sido contraído no ano anterior junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Azul, CRL. Neste ano, foram ainda contraídos e totalmente amortizados três Empréstimos de Curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria com as instituições bancárias Novo Banco, SA; Banco Santander Totta, SA e Banco BPI, SA, no montante de 5,0 milhões; 2,5 milhões e 2,5 milhões de euros, respetivamente.

Ressalvamos também, que a CMS está a concretizar a intervenção de reabilitação urbana da Casa das Quatro Cabeças no âmbito do programa de reabilitação urbana para arrendamento habitacional “Reabilitar para Arrendar” promovido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação, IP (IHRU), cujo financiamento é efetuado através da concessão de um Empréstimo, num montante de até 221 923 euros, cuja libertação de verba continua pendente da obtenção de Visto do Tribunal de Contas.

9.2. Endividamento municipal

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), que entrou em vigor em janeiro de 2014, veio introduzir um novo conceito de Dívida. Deixa de existir o trinómio endividamento líquido, de médio e longo prazo e de curto prazo, circunscrevendo-se apenas a um limite, o da Dívida Total.

A Dívida Total corresponde ao total das dívidas a terceiros do balanço (dívidas a terceiros de médio e longo prazo + dívidas a terceiros de curto prazo, que constitui o total da dívida do Município), menos as dívidas resultantes de operações não orçamentais (incluem, para além das cauções, os valores que estejam em dívida de operações de tesouraria, bem como receitas cobradas para terceiros).

À Dívida Total apurada do Município acrescem as dívidas totais de todas as entidades relevantes.

Em 31 de dezembro de 2016, foi calculado o limite da dívida total, no valor de 93,8 milhões de euros. Esta situação encontra-se em conformidade com a disposição legal que determina que as dívidas de operações orçamentais da CMS, acrescidas das entidades previstas no Artigo 54º, do RFALEI, não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

A Dívida Total do Município era de 53,0 milhões de euros, à qual somando as dívidas totais das entidades relevantes, no valor de 20 milhares de euros, não altera significativamente o valor da Dívida Total a considerar, situando-se esta nos 53,1 milhões de euros.

A situação da Dívida Total da CMS face ao limite legal apresenta uma margem no valor de 40,6 milhões de euros, conforme quadro ilustrativo.

Quadro 32. Dívida Total – 2016

Limite da DBM (1)	93 685 096,24	➔	Margem
Dívida Total (2)	53 041 492,46		
Contribuição AM, SM e SEL para a DBM (3)	20 397,92		40 623 205,86
Dívida Total a considerar (4 = 2 + 3)	53 061 890,38		
Situação da DBM face ao limite (5 = 1 - 4)	40 623 205,86		

9.3. Pagamentos em Atraso e Prazo Médio de Pagamentos

Ao abrigo do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a CMS tem de apurar se tem Pagamentos em Atraso, ou seja, se tem contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, ou em documentos equivalentes.

A 31 de dezembro de 2016, a CMS possuía Pagamentos em Atraso no valor de 6,9 milhões de euros, correspondendo a uma redução de cerca de 35% em relação a 2015, devido sobretudo à celebração de acordos de pagamento com diversos Fornecedores.

Quadro 33. Pagamentos em atraso – 2015/16

	2015	2016	Comparação	
			Valor	%
Pagamentos em Atraso	10 612	6 918	-3 694	-34,81

Relativamente ao Prazo Médio de Pagamento, que indica o número de dias que a CMS demora a pagar aos seus Fornecedores, o seu valor em 2016 é de 206 dias, aumentando 30 dias relativamente ao ano anterior.

Quadro 34. Prazo médio de pagamento – 2015/16

	2015	2016	Comparação	
			Valor	%
Prazo Médio de Pagamento	176	206	30	17,05

O seu cálculo é efetuado através da relação do valor médio trimestral da dívida a curto prazo a Fornecedores com a soma das aquisições de bens e serviços nos últimos 4 trimestres.

$$PMP = \frac{\sum_{i=3}^4 DF}{\sum_{i=3}^4 A} \times 365$$

Onde,

PMP – Prazo médio de pagamento

DF – Valor da dívida de curto prazo a fornecedores, observada no final de um trimestre

A – Aquisições de bens e serviços efetuados no trimestre

10. Factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício

O encerramento do exercício de 2016 foi efetuado com a conta patrimonial 26.8.5.9.24 – Bens à consignação, apresentando um saldo devedor de 116.109,39 euros, saldo este que provém da verba que ainda não foi arrecadada contabilisticamente, mas cujas vendas já foram pagas aos respetivos Fornecedores.

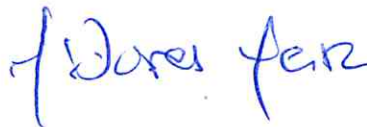
Não foram registados contabilisticamente os encargos respeitantes aos juros, com as utilizações dos Empréstimos de Curto prazo, de 2.500.000,00 euros cada, contraídos com o Banco Santander Totta, SA e com o Banco BPI, SA.

10. Proposta de aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõe-se a transição do Resultado Líquido do Exercício, no valor de 4.627.816,79 euros, para a conta 59 “Resultados Transitados”.

Setúbal, 31 de março de 2017

A Presidente da Câmara



(Maria das Dores Meira)



Listagem de Gráficos utilizados:

1. Grandes Opções do Plano – 2016;
2. Pagamentos – 2016;
3. Despesa por Unidade Orgânica – 2016;
4. Recebimentos – 2015/16;
5. Impostos diretos – 2015/16;
6. Rendimentos de propriedade – 2015/16;
7. Ativo – 2016;
8. Imobilizado – 2016;
9. Dívidas de Terceiros de Curto prazo – 2016;
10. Fundos Próprios – 2016;
11. Dívidas de Terceiros de Médio e Longo prazo – 2015/16;
12. Resultados Operacionais – 2015/16;
13. Resultados Financeiros – 2015/16;
14. Resultados Extraordinários – 2015/16;
15. Resultado Líquido do Exercício – 2015/16;
16. Apuramento de Resultados – 2016.

Listagem de Quadros utilizados:

1. Despesas por objetivos – 2016;
2. Evolução da Execução Orçamental – 2013/14/15/16
3. Indicadores – 2013/14/15/16;
4. Poupança corrente do exercício – 2015/16;
5. Regra do equilíbrio orçamental - 2016;
6. Saldo Global efetivo – 2015/16;
7. Pagamentos – 2015/16;
8. Despesa por Unidade Orgânica – 2015/16;
9. Pagamentos nas Transferências e Subsídios – 2015/16;
10. Compromissos assumidos – 2015/16;
11. Compromissos por pagar – 2014/15/16;
12. Recebimentos – 2015/16;
13. Impostos diretos – 2015/16;
14. Impostos indiretos – 2016/15;
15. Taxas, multas e outras penalidades – 2015/16;
16. Rendimentos de propriedade – 2015/16;
17. Recebimentos nas Transferências e Subsídios – 2015/16;
18. Fluxos de caixa – 2016;
19. Balanço – 2016;
20. Ativo – 2015/16;
21. Imobilizado – 2015/16;
22. Dívidas de Terceiros de Curto prazo – 2015/16;
23. Fundos Próprios – 2015/16;
24. Dívidas a Terceiros de Médio e Longo prazo – 2015/16;
25. Dívidas a Terceiros a Curto prazo – 2015/16;
26. Acréscimos de custos e proveitos diferidos – 2015/16;
27. Balanços sucessivos – 2014/15/16;
28. Demonstração de Resultados – 2015/16;
29. Fornecimentos e Serviços externos – 2014/15/16;
30. Evolução dos Resultados – 2015/16;
31. Endividamento bancário líquido – 2014/15/16;
32. Dívida Total – 2016;
33. Pagamentos em atraso – 2015/16;
34. Prazo médio de pagamento – 2015/16.



Relatório de Gestão e Prestação de Contas

Termo de Encerramento

Este caderno contém 427 (Quatrocentas e Vinte e Sete) folhas que todas vão numeradas.

Paços do Concelho, 31 de março de 2017

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças
e Recursos Humanos

Paulo Jorge Simões Hortênsio